

## Pregão Eletrônico

---

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### **RECURSO :**

Curitiba, 09 de Maio de 2019.

Ao  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
A/C SR. PREGOEIRO  
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º andar – Sala 624 – CEP 70.064-900  
Zona Cívico Administrativa - Brasília/DF

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2019 PROCESSO Nº 08129.002051/2019-50 – MENOR PREÇO POR ITEM

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

HELICIO KRONBERG, brasileiro, leiloeiro público oficial, devidamente matriculado perante a JUCEPAR nº 653, inscrito sob o CPF 085.187.848-24, com endereço a Rua Padre Anchieta, 2540, Sala 401 – 4º andar, Bigorrião, CEP 80.730-000, na cidade de Curitiba/PR, vem apresentar a presente intenção de Recurso ao Edital de licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2019 – Processo nº 08129-002051/2019-50, com fulcro nos itens 9.1 e seguintes do referido edital, nos termos das razões que se passa a expor:

##### 1. DA TEMPESTIVIDADE

Consoante disposto no item 9.1 do Edital, o pregoeiro declarará o vencedor, sendo que após a fase de regularização fiscal e trabalhista, concederá prazo para apresentação de intenção de recurso.

Desta forma, tendo em vista que a intenção recursal foi devidamente apresentada de forma tempestiva, tem-se que o prazo para apresentação das razões de recurso é de até três dias. Portanto, não restam dúvidas da tempestividade.

##### 2. NULIDADE. LICITANTE QUE NÃO ATENDEU AS CONDIÇÕES DE EDITAL.

2.1. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO AOS ATESTADOS DE COMPROVAÇÃO DE DESVÍNCULO DE DÉBITOS DE VEÍCULOS. NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DOS LICITANTES VENCEDORES.

Verifica-se do edital ora objeto do presente recurso, em especial o item 6.1.21 – Termo de Referência, que é obrigado ao leiloeiro proceder a entrega dos bens após seu

pagamento, dando suporte técnico, inclusive para os atos que sucedem a hasta pública. Vejamos:

(Termo de Referência – Anexo I)

“6.1.21. O leiloeiro deverá proceder à entrega dos bens aos arrematantes após seu pagamento, dando suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública: da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes.”  
(Grifo nosso)

Logo entende-se por atos que sucedem a hasta pública a prestação de contas, realizar publicação do resultado do leilão, e dentre outras funções inerentes verifica-se a entrega dos bens livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou débitos, nos termos da Res. 623/2016 do CONTRAN.

Portanto, em razão do previsto em edital, conforme acima exposto, verifica-se a clara necessidade de que o licitante deverá ser declarado habilitado, após comprovar a solicitação de tais diligências perante aos órgãos de trânsito, conforme é claro o Edital em demonstrar tal necessidade de comprovação mediante requerimentos de baixa dos débitos e qualquer outro documento hábil a demonstrar tais diligências.

Neste sentido, é necessário frisar que os licitantes habilitados pelo Pregoeiro para os ITENS 01 e 03, quais sejam o Sr. Afonso Marangoni e o Sr. Jorge Vitorio Espolador, não apresentaram certidão e/ou documento hábil a comprovar a realização/solicitação de desvinculo dos débitos que recaem sobre os veículos objetos da licitação, de modo que consequentemente, tendo em vista a ausência de requisito formal do edital, tornam-se inabilitados para a presente licitação.

Neste sentido é o entendimento do E. TRF-1, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. NÃO-ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. LEGITIMIDADE. 1. “O princípio da vinculação ao edital previsto no artigo 41, caput da Lei 8.666/98, impede que a administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados.” (MS 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal SELENE MARIA DE ALMEIDA, Terceira Seção, DJ de 10/11/2004, p.03). 2. Não se tratando de exigências ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade (inclusão na composição dos preços dos encargos sociais e dos direitos trabalhistas previstos na lei e nas convenções coletivas de trabalho das categorias de profissionais das empresas concorrentes), inexistente direito subjetivo líquido e certo do licitante a não observância delas. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF-1 – AG. 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de julgamento: 13/10/2006 SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 Dj. p.216)

(grifo nosso)

Ainda, sob esta ótica, é necessária a inabilitação dos licitantes vencedores dos ITENS 01 e 03, haja vista que dos documentos acostados no presente processo licitatório, não vislumbram cumprimento ao requisito do edital, que concerne na desvinculação de débitos e ônus que recaem sobre os veículos objetos de alienação por leilão.

Logo, ao não cumprir o mínimo exigido pelo edital, devem ser declarados inabilitados para o certame, sendo que na hipótese de manutenção dos vencedores, é clara a ilegalidade do processo licitatório.

## 2.2. ITEM 8 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. 10% DE COMPROVAÇÃO DE CADA ITEM OBJETO DA LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. INSUFICIÊNCIA.

Inicialmente cumpre informar que conforme nota técnica nº 27/2019/DILIC/COPLI/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ que o Sr. Leiloeiro Afonso Marangoni teve sua habilitação aceita pelo Sr. Pregoeiro, nos termos do item 7.29 do edital, no que se refere a Região descrita no ITEM 01.

Também nota-se que nos termos da nota técnica nº 29/2019/DILIC/COPLI/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ, o licitante Jorge Vitorio Espolador teve sua habilitação aceita pelo Sr. Pregoeiro, nos termos do item 7.29 do edital, no que se refere a Região descrita no ITEM 03.

Tem-se que para ambos os licitantes, conforme as notas técnicas acima citadas exaradas pelo Sr. Pregoeiro, concluiu-se que os mesmos atendiam o disposto no item 7.20.2 do Edital (Qualificação Técnica), contudo, tal aceitação pela comprovação de atendimento do respectivo item, não merece prosperar.

Nos termos do item 7.20.2.1 do Edital, c/c item 8.1.4 do Termo de Referência todo licitante deveria apresentar pelo menos 1 (um) atestado de Capacidade Técnica que comprovasse a realização de no mínimo 10% (dez por cento) de cada item inserido no quadro demonstrativo dos bens perdidos.

Nesta ótica, extrai-se da mesma nota técnica que a opção pelo deferimento e aceitação da habilitação dos licitantes acima mencionados encontra-se eivada de nulidade uma vez que ambos os licitantes apresentam ATESTADOS que comprovam a realização de apenas 10% sobre o todo, quando de fato deveriam apresentar certidão para cada item.

Em razão disto, verifica-se novamente que os licitantes, não atendem o mínimo exigido pelo Edital, pois conforme a documentação apresentada pelos licitantes, estes não comprovam de fato a realização de venda para cada item individualmente. Portanto, devem ser declarados inabilitados, em razão da ausência de requisito formal do Edital, de modo que a manutenção das decisões de aceitação, tornam o processo licitatório nulo.

### 2.3 AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DILIGÊNCIA DE ESCLARECIMENTOS. ILEGALIDADE

Inicialmente, extrai-se das notas técnicas proferidas pelo Sr. Pregoeiro que o mesmo informa ter realizado diligência para esclarecimentos no que se refere a documentação apresentada para qualificação técnica e jurídica dos licitantes.

Embora tenha se optado pela aceitação do licitante Jorge Vitório Espolador, após a realização de diligências, não é claro que o processo licitatório de fato foi cumprido na íntegra conforme disposto pelo edital.

A nota técnica nº 8/2019/CGPP/DPPA/SENAD/MJ dispõe que o licitante Jorge Vitório Espolador, deixou de apresentar declaração de infraestrutura para guarda de Bens, de modo que concluiu-se pela insuficiência de dados para possibilitar a análise dos documentos apresentados pelo próprio.

"(...) 3.6.4. Declaração de infraestrutura para guarda de bens, em que fique consignada a área total do depósito, a existência de licença do Corpo de Bombeiros e Certidão de Regularidade com o Órgão de Licenciamento Ambiental e, ainda, de Apólice de Seguros dos materiais porventura lá acautelados: em que pese haver Atestado de Capacidade Técnica expedida pela 5ª Vara do Trabalho de Londrina-PR indicando prestação de serviço de guarda/armazenamento/conservação de bens móveis, não cumpriu integralmente o item 7.20.4 do Edital: documento não apresentado."

"(...)Ante aos fatos narrados, conclui-se pela insuficiência de dados para possibilitar a análise"

Ou seja, dentro do prazo estipulado para apresentação de toda a documentação, o licitante NÃO APRESENTOU, a declaração de infraestrutura para guarda de bens, o que instantaneamente o torna inabilitado para o processos licitatório em questão.

Porém, o pregoeiro emitiu nota técnica relativa ao ITEM 03 (Paraná), da qual informa que houve a realização de diligência e que por consequência o pleito do licitante foi atendido a fim de consignar sua habilitação.

Contudo, tal fato não condiz com a realidade do processo licitatório em questão, pois constata-se da documentação acostada pelo licitante Jorge Vitório Espolador, bem como da documentação apresentada como diligência realizada de ofício pelo Sr. Pregoeiro, que de fato o licitante não apresentou declaração de infraestrutura para guarda dos bens.

É claro que o mesmo não apresentou a documentação tempestivamente, o que o torna instantaneamente inabilitado para licitação, nos termos do item 7.28 do Edital, de modo que o Sr. Pregoeiro a partir da não apresentação da documentação, não poderia sequer ter realizado qualquer tipo de esclarecimento.

Por outro lado, veja-se que o Edital no item 6.3, dispõe da previsão de que caso exista a necessidade de ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, poderão ser efetuadas diligências para aferir a exequibilidade das propostas e análise de documentos já apresentados.

"6.3. Em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta"

Contudo, lembrando que não foi oportunizado acesso aos licitantes sobre as diligências efetuadas (o que será objeto de impugnação em tópico específico), é válido ressaltar que não se pode confundir esclarecimentos com solicitação de documentos que sequer foram juntados ao processo licitatório.

Pelo exposto, requer-se a revogação da decisão do Sr. Pregoeiro em optar pela aceitação do ITEM 01, para o fim de tornar-se desabilitado o Sr. Jorge Vitório Espolador, eis que o não atende ao mínimo exigido pelo edital.

### 2.4. DILIGÊNCIAS. PUBLICIDADE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO NO QUE DIZ RESPEITO AOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELOS LICITANTES.

Nota-se do processo licitatório que o pregoeiro tinha por prerrogativa, solicitar esclarecimentos a respeito das informações trazidas pelos licitantes fim de aferir a qualidade técnica e jurídica e exequibilidade da proposta.

Dito isto, verifica-se que com relação aos ITENS 01 e 03, foram realizadas diligências (inclusive de ofício) para complementar as informações já trazidas pelos licitantes. Contudo, ainda que as notas técnicas façam menção as diligências realizadas, bem como pelo fato de estas se realizarem pelo chat, diretamente com o licitante, existe a necessidade de se ter acesso a tal procedimento, haja vista que por consequência dessas informações suplementares apresentadas pelos licitantes, ocasionaram na

habilitação dos mesmo.

Ora, é indispensável que a Administração Pública permita o acesso dos licitantes para acompanhar a diligência que tem por finalidade verificar o atendimento de requisito de habilitação.

Sob esta perspectiva, verifica-se que o presente processo licitatório embora tenha-se feito menção a realização de diligencia, frisa-se que para os ITENS 01 e 03, NÃO EXISTE documento publicado que comprove as diligências dos respectivos itens.

Diante disso, diante da ausência de transparência no processo licitatório, para os itens 01 e 03, requer-se a revogação das decisões de habilitação dos licitantes, em razão de ser nulo o processo licitatório.

## 2.5. DOCUMENTO INADEQUADO COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO E DE REGULARIDADE PERANTE A PREVIDENCIA SOCIAL.

Nota-se dos documentos acostados pelos licitantes declarados habilitados para os ITENS 03, que ambos apresentaram documento que tinha por fim comprovar a inscrição e regularidade perante a previdência social, nos termos do item 7.15 do Edital.

Contudo, nota-se que o documento apresentado pelo Sr. Jorge Vitório Espolador não é documento hábil para comprovar a inscrição e regularidade com a Previdência Social, uma vez que não é emitido pelo órgão competente para atestar a regularidade do licitante.

Em função disso, verifica-se a necessidade de se ter apresentado declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, emitido pelo próprio Instituto Nacional do Seguro Social – Previdência Social.

Desta forma, requer a revogação da decisão que acatou a aceitação pela habilitação do licitante vencedor do ITEM 03, por não atender as condições de edital.

## 3. DOS PEDIDOS

Pelas razões acima expostas, o ora licitante requer o recebimento e admissão da presente recurso, vez que tempestivo e pertinente, a fim de que seja realizada a revogação da decisão do Sr. Pregoeiro que acatou a aceitação dos licitantes Afonso Marangoni e Jorge Vitório Espolador, haja vista que o processo licitatório e tal decisão encontra-se eivada de nulidade.

Nestes Termos  
Pede Deferimento

---

Helcio Kronberg  
Leiloeiro Público Oficial

**Fechar**